

Política Imigratória Tutelada Japonesa: Uma política do Estado Japonês

Paulo José Soares Filho *

Resumo: O processo imigratório sempre fez parte da vida humana, desde as tribos nômades até os dias atuais o ser humano é voltado a mudanças de ambiente e local, sempre em busca de realizações, essas mudanças podem ser geradas de diversos fatores como perseguições, como no caso do nazismo, podem ser ainda dadas por motivos econômicos, entre outros, o que buscaremos nesse artigo é entender uma forma de imigração que consideramos especial, a imigração tutelada, tentaremos demonstrar como se deu parte do processo emigratório japonês focalizando suas estruturas a partir do governo nipônico, como este agente desenvolveu uma política emigratória para o Brasil. Considerando que esta ação do governo nipônico passou a ser uma política de Estado observaremos uma colônia do interior paulista chamada Colônia “Novo Oriente”.

Palavras-chave: Imigração Tutelada, Governo nipônico e Colônia “Novo Oriente”.

Abstract: The immigration's process is part of the human life there are many years. From the nomadic tribes to the current days, the human being is related to an atmosphere of environmental and place changes. Always in search of accomplishments, those changes can be generated of several factors as persecutions, as in the case of the Nazism; they can be given still by economical reasons, among other. We are going to explain in this article an immigration form that we considered special, the protected immigration; we will demonstrate as a part of the Japanese emigration process happened focusing their structures, starting from the Japanese government, how this agent developed an emigration politics to Brazil. Considering that this action of the Japanese government started to be a politics of State, we will observe a colony of the interior from São Paulo called Cologne "Novo Oriente."

Keywords: Protected Immigration, Japanese Govern and Cologne “Novo Oriente”.

IMIGRAÇÃO

Para caracterizarmos o processo imigratório da população japonesa ao Brasil, em nossa opinião é necessário o entendimento do que vem a ser “Imigração”, o que é este processo tão complexo e como ele mexeu e mexe com a vida de milhões de pessoas em todo o mundo, para isso faremos uma breve consideração do que vem a ser este processo.

Para Tsukamoto (1973), entende-se por emigração e imigração o processo de mobilidade espacial que se opera em áreas afastadas entre si e separadas por fronteiras, envolvendo um número considerável de pessoas, as quais, individualmente ou em grupos,

* Universidade Estadual de Maringá, Mestrando em História na Área de Política e Movimentos Sociais e Bolsista da Fundação Araucária.

transferem seu domicílio para outro país onde passam a viver e exercer regularmente suas atividades ocupacionais.

Klein (1999) coloca fatores de expulsão, ou seja, as causas do por que as pessoas migram, ele adverte que os imigrantes, em sua maioria, não desejam abandonar suas casas, só o fazem por descobrir que os seus meios são insuficientes a sua vida e/ou de seus filhos ou ainda migram por sofrer algum tipo de perseguição, como os judeus no período nazista.

Outro fator importante que Klein destaca em relação à imigração, sobretudo na América aonde nos séculos XIX e XX chegou mais de dois terços dos imigrantes que saíram de suas terras natais neste período, é a combinação que entre estes séculos houve um aumento na taxa de natalidade e queda da taxa de mortalidade, esses fatores combinados com o pouco acesso a terra e a mecanização da produção, gerou um excedente da força de trabalho nas zonas europeias, tendo assim a América ter sido um fator de atração a este excedente, já que a América tinha terra de forma abundante e disponível, além de mão-de-obra escassa. Aliás, a América constitui, senão o melhor, um dos melhores exemplos do que vem a ser “Imigração”, pois contingentes de toda parte da Europa e boa parte da Ásia vieram para a América em busca de melhores condições de vida.

Klein traça um perfil dos migrantes no período das grandes Migrações entre 1880-1915, segundo ele, este período marca uma mudança fundamental na origem da imigração europeia que agora era dominada pelos europeus do Leste e do Sul, ele infere ainda que esta migração fosse de tipo tradicional, composta em sua maioria de jovens adultos do sexo masculino em busca de emprego temporário ou permanente no país de recepção.

Estes são alguns pontos que em nossa visão podem ser apontados em relação à imigração em geral, é certo que outros poderão ser apontados inclusive neste trabalho com alguns particularismos da imigração japonesa, de forma alguma estas considerações esgotam a busca de estudar e entender este fenômeno tão complexo que ainda nos traz questionamentos.

IMIGRAÇÃO JAPONESA

A imigração japonesa no Brasil passou por períodos distintos, desde seu começo em 28/04/1908 quando o navio “Kasato Maru” parte do porto de Kobe no Japão e chega ao Brasil, através do porto de Santos no dia 18 de Junho do mesmo ano com 800 imigrantes (781 imigrantes sob contrato, 10 imigrantes espontâneos e outros) até a imigração dirigida pelo governo japonês.

Estes imigrantes enxergavam a vinda para o Brasil como uma condição provisória (dekasegui) eles foram atraídos pelas propagandas da companhia de imigração que de certa forma não correspondiam com a realidade e essa motivação inicial influenciará o processo de absorção dos imigrantes.

O diretor da Companhia de Imigração Kôkoku, Ryô Mizuno chegou ao Brasil em 17 de março de 1906, ficou empolgado com as condições que encontrou por aqui para realizar a imigração japonesa, voltou ao Japão e editou um livro chamado “O Guia de Viagem sobre a América do Sul” para fazer propaganda sobre a imigração no Brasil.

Ryô Mizuno não teve uma visão clara das condições das fazendas brasileiras:

O desconhecimento quase total da situação interna das fazendas de café: sua estrutura, regime, condições de vida dos trabalhadores, etc. (antes do envio de imigrantes o presidente Ryô Mizuno, visitou e observou cada uma das fazendas acompanhado do “pioneiro da imigração” Teijiro Suzuki; é preciso reconhecer sua boa vontade, mas a verdade é que ele não conseguiu ver a realidade das fazendas). O pior é que ignorando que não se ganha dinheiro no primeiro ano, e na simples ilusão de que o Brasil é uma “terra que acolhe trabalhadores”, procedeu ao envio impensado de famílias formadas artificialmente. (HANDA, 1980:77)

Entretanto o porquê do Japão mandar sua população há um lugar tão distante nos faz refletir as causas desta atitude, sabemos que as diferenças culturais são gritantes, tanto que os japoneses são considerados povo de difícil assimilação (Saito, 1973), além disto, língua, hábitos alimentares, e outros fatores tão importantes quanto estes são traços da diferença entre Brasil e Japão.

Sader (1988) pontua sobre as aspirações de determinados grupos, dos sujeitos coletivos, transportando seu estudo para o grupo dos imigrantes japoneses percebemos certa similitude, pois pensando de uma perspectiva diferente, do olhar dos imigrantes sobre os preconceitos estabelecidos por conta de sua presença em terras estranhas, acreditamos que o início de sua estadia, com um mundo diferente a se desbravar, tenha sido uma experiência com certo grau de dificuldade, “Se pensarmos num sujeito coletivo nós nos encontramos, em sua gênese, com um conjunto de necessidades, anseios, medos, motivações, suscitado pela trama das relações sociais nas quais ele se constitui.” (SADER, 1988:58).

Uma das hipóteses que podemos trabalhar para a vinda dos imigrantes japoneses ao Brasil é a idéia do grande desenvolvimento do café no país, desde a visita do Ministro Suguimura, em 1905, o Japão conhece a força da agricultura brasileira, anos antes em 1895 foi assinado um tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre os países, aliás, esse tipo

de tratado não foi só assinado com o Brasil, esse tipo de acordo fazia parte do plano nipônico de desenvolvimento de estratégias políticas de expansão territorial e ocidentalização do país.

Os imigrantes japoneses formavam uma classe, um grupo étnico fechado e foram inúmeras vezes acusados de serem um povo de relacionamento complicado, Nogueira (1984) mostra que os imigrantes sofreram restrições de caráter social, ao serem considerados inassimiláveis e portadores de costumes e idéias estranhas, restrições econômicas, por se deixarem receber salários baixos e concorrer com a mão-de-obra local, ainda restrições morais pelo fumo do ópio e dados a jogos e vícios e, por final, restrições políticas devido suas conquistas e o perigo de dominarem inteiramente a costa banhada pelo Oceano Pacífico.

A vinda dos japoneses trouxe acalorados argumentos contra e a favor de sua chegada como trabalhadores ao país, alguns os consideravam como um mal para o Brasil baseado em argumentos eugênicos onde acreditava que os japoneses faziam parte de uma raça inferior e que estes se constituíam uma classe fechada que não se misturaria com os brasileiros, em contrapartida havia defensores dos japoneses que se apoiavam no fato de serem trabalhadores de grande empenho.

Sobre o fato dos japoneses formarem uma classe fechada concordamos com Sader (1988) quanto pontua sua visão de classe social, segundo ele designa uma condição que é comum a um conjunto de indivíduos, ele usa a noção de sujeito coletivo “no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organiza práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas.” (SADER, 1988:55). Essas características extremamente fortes no núcleo dos japoneses não foram bem aceita em vários países, o fato da maioria dos emigrantes japoneses pensassem em voltar logo a seu país natal e tentar manter sua nacionalidade em terras estrangeiras causou grandes problemas a sua estada nestes países, à formação de quistos foi altamente debatida por autores brasileiros como Carlos de Souza Moraes, em “A Ofensiva Japonesa no Brasil” ele destaca os enquistamentos japoneses em São Paulo, onde os descreveu como alarmantes.

Kimura (2006) aponta que países como Canadá, Austrália, Paraguai, Colômbia, Costa Rica e Guatemala também impuseram restrições quanto à imigração japonesa, os fatores acima citados constituem as causas principais para que os japoneses sofressem preconceito a sua entrada nestes países.

IMIGRAÇÃO TUTELADA

Queremos demonstrar que a imigração que a antropóloga Célia Sakurai chama de “tutelada” trouxe grande evolução na forma como os japoneses se enquadraram na sociedade brasileira, passando da condição de “imigrantes problemas” (as primeiras levas de imigração são caracterizadas como fracassadas pela pouca fixação que as mesmas conseguiram) a imigrantes que conquistaram uma posição de destaque apesar do período de cisão das relações diplomáticas do Brasil com o Japão por conta da Segunda Guerra Mundial e as leis contra a imigração nipônica como na constituição de 1934, através desta política os imigrantes puderam se fixar de maneira mais convenientemente e formar estruturas para sua maior inserção na sociedade nacional, apesar dos organismos nacionais acreditarem que esta adaptação ao nacionalismo brasileiro foi lenta, ainda mais em Pereira Barreto¹ por estes japoneses serem voltados claramente aos valores de seu país de origem.

Sakurai (2000) conceitua a imigração tutelada como aquela que oferece amparo, orientação, ajuda e gerenciamento dos imigrantes, estruturando-se numa “cadeia de relações montada a partir do topo da estrutura estatal japonesa até chegar aos imigrantes no Brasil. O governo japonês, por intermédio de seus diferentes ramos e agentes, participou explicitamente no processo de fixação de imigrantes...” (SAKURAI, 2000:85) Esse tipo de imigração tutelada ainda ocorreu no México, Paraguai, Bolívia e Colômbia, no entanto com maior extensão no Brasil, é uma política de Estado voltada para a imigração que se difere de outros grupos por se tratar de um conjunto de ações planejadas.

Célia Sakurai pontua que a imigração japonesa para o Brasil foi dirigida, subsidiada e estimulada tanto pelo governo japonês como pelo brasileiro, diferenciando-se das outras imigrações que escolhem o Brasil, por se estruturar sobre uma cadeia de relações montadas a partir do topo da estrutura estatal japonesa até chegar aos imigrantes no Brasil.

Mita (1999) afirma que a política emigratória japonesa se iniciou por solucionar o problema econômico capitalista do Japão, no entanto quando a economia japonesa capitalista assumiu um caráter imperialista, foi dado à política emigratória este traço imperialista também visando à expansão territorial.

Ponto que gostaríamos de destacar em relação à política imigratória tutelada japonesa é que julgamos que esta é uma política de Estado e daí partirá nosso referencial teórico, buscaremos na Nova História Política aporte para discutirmos até que ponto o Estado foi agente decisivo para essa nova fase da imigração japonesa, quais ferramentas o Estado

¹ Pereira Barreto é o município que surgiu da Colônia Novo Oriente, a colônia foi montada no ano de 1928 e se tornou município de Pereira Barreto somente dez anos depois em 1938.

Nipônico utilizou para que esta marcha obtivesse os resultados esperados e que esta empreita obtivesse sucesso.

Dezem (2008) assevera que com a Lei de Proteção dos Emigrantes de 1896 o governo japonês transformou a iniciativa de emigrar em política de Estado, isso vem ao encontro com o que a história política pode nos oferecer, Rémond (1996) aponta que a política interfere diretamente em nossas vidas tanto no campo profissional como no pessoal, tem a capacidade de se dilatar ou de se comprimir inferindo em grandes questões como uma guerra ou ainda pode perder espaço para outras discussões como no campo da cultura.

Sakurai (2000) pontua que a tutela do governo japonês levantava polêmicas, uma delas era sobre o perigo que o Brasil incorria com a presença nipônica, já que o Japão passava um período de imperialismo belicoso, sobre esse perigo ela traz que havia mapas da América do Sul e outro de São Paulo, difundidos na época e escritos em japonês que assinalava onde os japoneses estavam instalados. A utilização destes mapas era a prova de uma possível existência de plano para a conquista da América do Sul, assinalava que as colônias japonesas tiveram sua localização previamente determinadas pelo governo japonês com o intuito de penetração das tropas japonesas, Sakurai lembra que os japoneses possuíam colônias no Paraguai e Argentina o que aumentava o temor por tal ataque.

COLÔNIA NOVO ORIENTE

A Colônia “Novo Oriente” se torna especial no nosso artigo por ser uma colônia de profunda vocação nipônica, como a maioria absoluta da colônia era de origem japonesa fez com que a ela se constituísse - usando as palavras do delegado de Polícia de Pereira Barreto - “um pequeno estado japonês”, poderemos observar que a cidade é totalmente envolta em ornamentos, comércios e outros diversos aspectos que recheiam o município de total influência nipônica, o idioma que se usam, os letreiros do comércio, tudo que rodeia a cidade está ligado ao ritmo de vida do Japão.

Nossa pesquisa nos mostra a diferença gritante em relação aos japoneses de Pereira Barreto e os brasileiros que ali também residem, é espantoso como o governo nipônico pode ser muito mais ativo em terras brasileiras que o próprio governo brasileiro, é claro que temos em conta que só uma pequena parte da população japonesa recebeu esse tipo de tratamento, no entanto condições de moradia, escola, hospital e outros aspectos importantes para uma vida digna e sólida no município só eram vista para o lado japonês.

A política empreendida pelo governo japonês foi responsável por montar toda estrutura necessária para a vinda dos japoneses, inclusive construindo uma ponte, obra

arquitetônica que ainda causa saudosismo na cidade, pois foi inundada devido à construção de uma usina hidroelétrica, esta ponte foi construída pelo governo nipônico e doada ao governo paulista que a partir dali ficou responsável pela manutenção da mesma. O governo nipônico ainda montou um dos melhores hospitais da região, claro com substancial influência japonesa, pois até os medicamentos eram escritos em japonês.

Ponto a se destacar na Colônia Novo Oriente é a formação de clubes japoneses, característica que se mantêm ainda hoje com os descendentes nipônicos, cada bairro da cidade possuía um ou mais clubes de integração social, é claro que devido à situação da época esses clubes sofreram restrições, como estes clubes mantinham a cultura japonesa e seguiam a rígida disciplina nipônica, constantemente comparada à disciplina militar, estes estavam sob grande vigilância, os imigrantes se reúnem em associações para desenvolver a sociabilidade, a defesa a produção, garantir educação aos filhos, estas associações são um pólo de encontro onde à língua falada era somente a japonesa, as festas, rituais e outros elementos culturais de sua origem eram realizadas nestes espaços.

O fato interessante nesses clubes são as chamadas “associações de moços”, estas eram formadas por jovens brasileiros filhos de japoneses, no entanto mantinham somente a cultura do país do qual eram descendentes, a educação destes meninos era normalmente voltada para a cultura do Japão, na grande maioria das casas da cidade era encontrada pequenas bibliotecas, além de quadros negros, giz e livros todos em língua japonesa o que instaurava novamente o clima do país do Sol Nascente na cidade.

Mizuno (1955) aponta que a colônia está dotada de instituições sócio-econômicas para estabelecer sua vida de auto-suficiência e forte coesão cultural e, por isso, não desenvolveu um contato freqüente com o “mundo de fora” e mesmo este contato era intermediado pela Bratac, o que Mizuno aponta nos mostra que a relação com o brasileiro se fazia de maneira vagarosa e mesmo assim por intermédio da empresa que era submetida ao governo japonês, pensando que esta relação se dava no período de guerra é natural que o governo brasileiro se mantivesse receoso quanto à formação de colônias japonesas e desenvolvesse uma política de repressão a estas colônias.

Sobre a política de repressão do Estado nossa pesquisa observa o panorama geral das colônias, acreditava-se que a força policial resolveria o problema da “insolubilidade” dos japoneses, no entanto, mais uma vez o município de Pereira Barreto se torna destaque neste quesito, há um senso que a situação no município para efeito do abasileiramento tende a ser mais complicada, o delegado da época afirma que os japoneses de Pereira Barreto levarão anos para serem absorvidos pelo organismo nacional, pois estes não apresentam

características de outros núcleos nipônicos, transitórios e movediços, mas estes são enraizados e fixos.

Mizuno (1955) afirma que as notificações de nascimento, de óbito e outras eram entregues diretamente às autoridades brasileiras pelos colonizadores japoneses. A Bratac as recebia através da coleta feita pela associação japonesa de cada seção, e as entregava às autoridades competentes, podemos perceber que novamente a Bratac mantinha características de governo em suas colônias, funções que teoricamente deveriam ser realizadas pelo governo brasileiro, primeiro passavam por uma estrutura do governo nipônico e depois era repassada ao brasileiro o que vem a parecer uma relação mais diplomática, como uma relação entre dois Estados.

CONCLUSÃO

Os estudos sobre imigração e como estes se desenrolam podem nos trazer muitos pontos de argumentação sobre os diferentes aspectos em que eles podem ser estudados, a imigração tutelada colabora com estes aspectos e nos traz uma forma diferente de desenvolvimento partindo de mais que uma política emigratória de Estado, mas como um importante alicerce da política japonesa, o presente artigo procurou mostrar a relação do governo nipônico com uma colônia no interior paulista, a colônia “Novo Oriente” e perceber como esta relação foi fundamental para a criação de um município do interior do Estado de São Paulo.

BIBLIOGRAFIA

DEZEM, Rogério. **Um exemplo singular de política emigratória: subsídios para compreender o processo de formação dos núcleos Ijûchi de colonização japonesa no Estado de São Paulo (1910-1930)**. In: HASHIMOTO, F.; TANNO, J.& OKAMOTO, M. (Org.). (Org.). Cem anos de Imigração Japonesa. História, Memória e Arte. 1 ed. São Paulo: EDUNESP, 2008, v. 1, p 151-166

HANDA, Tomoo. **Memórias de um imigrante japonês no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1980.

KLEIN, Herbert S. **Migração Internacional na História das Américas**. In: Fausto, Boris. Fazer a América. São Paulo: Edusp, 1999. p. 13-31.

MITA, Chiyoko - **Bastos: uma Comunidade étnica japonesa no Brasil**. São Paulo - SP: Editora Humanitas da FFLCH-USP, 1999.

MIZUNO, Masayuki. **Bastos 25-nen shi (História de 25 anos de Bastos)**. São Paulo, s.ed., 1955.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. **Imigração japonesa na história contemporânea do Brasil**. ; Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1984.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. ROKIMURA, Rosângela. **Políticas restritivas aos japoneses no Estado do Paraná 1930-1950 (de cores proibidas ao perigo amarelo)**. 2006 Dissertação (Mestrado em História) UEM, Maringá, 2006.

TSUKAMOTO, Y. **Sociologia do imigrante: algumas considerações sobre o processo migratório**. In: Estudos Brasileiros – Assimilação e integração dos japoneses no Brasil, H. Saito et al (org. /trad.), Petrópolis, Vozes, 1973, p.13-31.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. Riode Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAITO, Hiroshi/MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Rio de Janeiro, Vozes/Edusp, 1973 (Estudos Brasileiros IV).

SAKURAI, Célia. **Imigração Tutelada: os japoneses no Brasil**. 2000 (Tese de Doutorado) Unicamp, Campinas, 2000.